



CAMINHOS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL: AVALIAÇÃO, FINANCIAMENTO, REDES E PRODUÇÃO CIENTÍFICA
Reunião científica regional da ANPED, 20 a 23 de setembro de 2016 em Teresina-Pi.

DAS MARGENS PARA O CENTRO: JUVENTUDE, EJA, VULNERABILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA

DAS MARGENS PARA O CENTRO: JUVENTUDE, EJA, VULNERABILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA

Resumo

O presente artigo tem por objetivo debater as implicações na Educação de Jovens e Adultos (EJA) os conceitos de juventude, vulnerabilidade Social e violência no Território de Identidade do Sisal. Compreende-se que os referidos conceitos interagem entre si, potencializando suas consequências sociais nas classes da EJA. O Território de Identidade do Sisal (TIS) localiza-se na região do semiárido do estado da Bahia, marcado por altas taxas de analfabetismo, pobreza, desemprego entre os jovens e aumento exponencial da violência. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, com base no estudo de caso. A relevância do estudo reside no fato de que, além de provocarem danos físicos e psicológicos, as violências, afetam o ambiente escolar, pela atmosfera de tensões e angústias que atinge a todos. Os estudantes da EJA são afetados pelo processo de exclusão social, segregados no cotidiano escolar. Os resultados iniciais apontam que em meio à os diversos problemas que permanecem a provocar as políticas de desenvolvimento social na Bahia, sobretudo no TIS sem dúvidas uma das mais importantes é a da juventude.

Palavras-chave: Juventude. EJA. Vulnerabilidade Social. Violência

DAS MARGENS PARA O CENTRO: JUVENTUDE, EJA, VULNERABILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA

Introdução

O Território do Sisal é formado por 20 municípios Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente, tendo uma população superior a 582.000 habitantes conforme dados do Censo Demográfico de 2010. A região está localizada no nordeste do Estado, a cerca de 200 Km de Salvador.

A designação do Território do Sisal se deve à planta que se caracteriza como principal fonte econômica da região. O sisal, que por nome científico *agave sisalana perrine*, é originário do México e foi introduzida na Bahia em 1903. Consolidada como a principal fonte de atividade econômica da região, a produção de Sisal no semi-árido da Bahia se apoia em pequenas e médias propriedades.

A região Sisaleira possui a terceira pior taxa de analfabetismo do Estado, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, é muito baixo, a maioria dos municípios da região estão abaixo da média estadual. A taxa de analfabetismo funcional alcança cerca de 58% da população, sendo a zona rural a que concentra a maior média, conforme dados da SEI de 2011.

Os dados socioeconômicos desta região são extremamente alarmantes, dados da Secretaria de Estudos Econômicos – SEI, em 2004 o território do Sisal colaborou com apenas 1,6% do Produto Interno Bruto da Bahia em 2010, ficando bem atrás da média de 40% da região metropolitana de Salvador. Além disso, destaca-se o baixo índice de desenvolvimento humano da região, com uma média de 0,60 sendo que, quatro dos municípios que formam o território estão entre os 20% mais pobres do Brasil e cinco estão entre os 10% com os piores índices de pobreza, aproximadamente 27% da população Sisaleira vivem em situação de extrema pobreza (IBGE, 2010).

O presente artigo tem por finalidade debater as implicações na Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos conceitos de juventude, vulnerabilidade Social e a violência no Território de do Sisal - Bahia. É uma pesquisa de caráter exploratório, com base no estudo de caso, está sendo utilizada a abordagem qualitativa na pesquisa a qual exigiu do pesquisador necessidade de formalizar, sistematizar as análises dos dados observados, de forma disciplinada e com

planejamento cuidadoso que possam estar explicitando os procedimentos e a própria trajetória metodológica para consecução dos objetivos previstos do estudo, que favoreçam o rigor interpretativo.

Ante o exposto, tem-se a seguinte indagação: em que medida a exposição a situações de vulnerabilidade social e violência influenciam o processo de formação dos jovens estudantes da EJA residentes no Território de Identidade do Sisal-BA?

2. O Analfabetismo na Bahia e no Território do Sisal

Dados do Censo 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2011, revelam que a taxa de analfabetismo¹ vem caindo muito lentamente nos últimos dez anos. O país conta ainda com cerca de 13,9 milhões de brasileiros, analfabetos, com 15 anos ou mais, o equivalente a 9,63% da população nessa faixa etária - no Censo de 2000, esse percentual era de 13,64%. O Nordeste continua sendo a região com maior número de analfabetos, cerca de 16% da população com mais de 15 anos.

A região Nordeste conforme o PNAD (2012) é a que tem o maior percentual de pessoas não alfabetizadas com 17,4% da sua população, em contraposição às regiões Sul e Sudeste que têm em média 4,4% da sua população de 15 ou mais anos analfabeta. Em números absolutos, a população do Nordeste é de aproximadamente um pouco mais de 54 milhões de pessoas, assim, conforme os dados apresentados, temos atualmente mais de 9,7 milhões de analfabetos no Nordeste.

A Bahia apresenta, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, o maior número de analfabetos no Brasil entre jovens com 15 anos ou mais. Neste mesmo período, a taxa de analfabetismo deste público foi de 16,7%, quase o dobro da média nacional.

A partir da análise dos dados disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI-BA, a taxa de analfabetismo na década de 1990 era de 34,5% da população baiana, sendo que a taxa de analfabetismo na zona rural chegava a 55,1%. Nos anos 2000, essa taxa caiu para 22,1% da população, contudo a zona rural ainda vivenciava um alto percentual, com 38% da sua população analfabeta. No último censo de 2010, o número

¹ Segundo o dicionário Haussais, o termo analfabetismo corresponde a estado ou condição de quem não sabe ler e escrever, falta de instrução elementar. Segundo definição da UNESCO, “uma pessoa funcionalmente **analfabeta** é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade”.

de pessoas não alfabetizadas caiu para 16,3% da população, mais as nossas zonas rurais ainda possuem um dado alarmante, 29,8% da população com 15 ou mais anos é analfabeta.

Para os seis municípios de abrangência dessa pesquisa, podemos perceber no censo de 1990, que a média de analfabetismo entre os municípios era de 40,8% da população, sendo que, a maior taxa concentrava-se na zona rural com 51,6%. No censo de 2000 observa-se que houve uma redução na taxa de analfabetismo da população, ficando este percentual em 29,3%. No censo de 2010, o número de analfabetos caiu para 21,6%, contudo mantendo a maior concentração nas respectivas zonas rurais de cada município.

Em comparação com os dados do Estado da Bahia para o mesmo período, verificamos que a pesar da forte redução nas taxas de analfabetismo, o percentual ainda alto extrapola a média do estado.

MUNICÍPIOS	TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)								
		1991			2000			2010		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
BAHIA	0	34,5	21,6	55,1	22,1	15,0	38,0	16,3	11,3	29,8
ARACI	04 Sisal	59,0	30,6	69,6	43,7	24,9	54,2	32,1	19,5	40,5
CONCEIÇÃO DO COITÉ	04 Sisal	40,1	24,4	50,3	26,6	18,3	35,5	19,2	13,6	27,7
SANTALUZ	04 Sisal	41,8	26,2	54,1	31,8	21,7	46,0	23,6	18,6	31,3
SÃO DOMINGOS	04 Sisal	34,0	23,6	39,2	22,9	18,9	26,0	21,5	19,6	24,9
SERRINHA	04 Sisal	33,0	19,6	47,8	24,6	16,4	35,7	16,5	10,5	26,8
VALENTE	04 Sisal	36,9	19,8	48,0	26,4	18,4	34,4	17,1	11,5	23,6

SEI-Ba. Censo de 2010

A grande conquista para as últimas duas décadas foi a ampliação do acesso à educação em todos os níveis, assim como o aumento do tempo de permanência na escola e da taxa de escolaridade.

Conforme dados da PNAD (2012), a taxa de analfabetismo entre jovens de 15 a 19 anos no Brasil é 1,2%, no extrato 20 aos 24 anos essa média sobe para 1,6%, na faixa dos 25 aos 29 anos salta para 2,8%, chegando a 24,4% para pessoas com 60 ou mais anos.

A taxa de escolarização entre crianças e adolescentes dos 06 aos 14 anos chegou a 98,2% em 2012, entre os jovens de 15 aos 17 anos, essa taxa de cobertura cai para 84,2%, no Nordeste essa taxa é de 83,2%, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, cai para apenas 29,4% dessa população.

Os dados revelam a universalização do Ensino Fundamental entre crianças e adolescentes dos 06 aos 14 anos, do outro lado, mostra o forte abandono do Ensino Médio e, por sua vez, a não continuidade no Ensino Superior.

O levantamento de dados feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), em 2014, aponta que a taxa média de distorção idade-série no Ensino Fundamental nas escolas públicas é de 48%, no Ensino Médio é de 46%. Sendo que as escolas públicas são responsáveis por 88% das matrículas no Ensino Fundamental e 86% no Ensino Médio (PNAD, 2008).

Os dados aqui apresentados do PNAD (2008, 2012) sustentam a tese do forte processo de desigualdade em relação ao processo e as etapas de escolarização no Brasil, com enfoque especial ao segmento de jovens dos 15 aos 29 anos. Quando analisados com maior grau de apuração, esses dados destacam que muitos jovens desistiram de estudar sem ter ao menos concluído o Ensino Fundamental.

É evidente que tivemos consideráveis melhoras nos indicadores educacionais, em especial no Ensino Fundamental, contudo apenas 52% dos jovens matriculados não apresentam uma distorção idade-série. Ao avançarmos nos demais extratos etários, o número de jovens e adultos fora da escola e/ou não escolarizados aumentam significativamente.

Os jovens na faixa etária dos 15 aos 29 anos representam aproximadamente 26% da população brasileira. Este recorte populacional passou a fazer parte de políticas públicas específicas nas últimas duas décadas, em especial com a criação do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e são estes as maiores vítimas dos processos de vulnerabilidade social. É um contingente populacional com demandas próprias e específicas, que estão em fase de escolarização, da busca do emprego e da sustentabilidade, da cultura, do lazer, de formas de expressão e reconhecimento social e identitário.

Esse processo de desigualdade de acesso aos bens sociais e culturais entre os jovens, agrava ainda mais a situação destes. Silveira (2014) em sua pesquisa indica que mais de 53% dos jovens matriculados no Ensino Fundamental não chegam a concluí-lo. Na Educação de Jovens e Adultos este número é ainda mais alarmante, apenas 30% dos alunos matriculados conclui o curso da EJA.

As escolas e seu mecanismo ignoram as desigualdades culturais e sociais entre os jovens das diferentes classes sociais ao buscar transmitir seus conteúdos, a partir de métodos e modelos de avaliação que não levam em conta as especificidades dos sujeitos, suas origens, sua história, suas vivências. Haddad (2002) chama atenção para o processo de institucionalização e escolarização da EJA, incorporando cada vez mais as práticas da educação formal.

Como afirma Bourdieu (2012, p.53), “Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar

é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura”. Nessa perspectiva, Bourdieu denuncia que a escola colabora para a manutenção das formas de desigualdade e de estratificação social.

As situações de desigualdades sociais, econômicas, culturais vivenciadas pelos jovens, não recaem somente sobre os mesmos, configura-se também como um gargalo ao processo de desenvolvimento econômico e social do país, potencializando ainda mais os seus ciclos de crise econômica. Sendo assim, as escolas devem buscar potencializar o processo de permanência dos jovens na escola, a partir do seu reconhecimento enquanto sujeitos portadores de conhecimentos, de direitos, de identidades próprias, independentemente de sua origem social, econômica e étnica.

Os sujeitos da EJA são pessoas que possuem e articulam seus papéis e lugares sociais, geracionais, identitários. Juventude e vida adulta na EJA tem suas próprias especificidades e diversidades, que são negligenciadas e homogeneizadas nos marcos legais. É no fazer cotidiano desses sujeitos que as marcas da sua diversidade se fazem presentes e fluem nas suas relações.

Ao pontuarmos os jovens da região do Território de Identidade do Sisal, que passam a se constituir cada vez mais como o público que frequenta as turmas de EJA, conforme resultados da pesquisa realizada pelo Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal - OBEJA, aproximamo-nos de um fenômeno cada vez mais intenso que é a juvenização da EJA. Corrobora com este recorte etário, os dados do Mapa da Violência de 2012 que demonstram um crescimento de mais de 375% entre a década de 1980 e a de 2010 do número de homicídio de jovens.

2.3 Sobre o Conceito de Juventude

Conforme dados do censo escolar de 2014 o Brasil conta com um contingente de 3,5 milhões de pessoas matriculadas na EJA, dos quais cerca de 30% são jovens com idade entre 15 e 19 anos. A LDB/96 em seu artigo 38 estabelece que a idade mínima para conclusão do ensino fundamental através da EJA é 15 anos e para o ensino médio é 18 anos. Para muitos destes o ingresso nas turmas de educação de jovens e adultos representa uma forma mais rápida de concluir a educação básica da qual foram excluídos por diversos fatores, alguns extrapolam os muros da escola, enquanto outros têm a ver diretamente com a qualidade da Educação, ou seja, envolvem o Ministério da Educação (MEC), Secretarias Municipais e Estaduais, gestores e, é claro, os professores que lecionam na modalidade.

Ainda não há um consenso sobre o conceito do que seja “juventude”. Sabe-se que juventude representa uma categoria de análise que tem sido estudada por diferentes ângulos e

abordagens, tanto pelas áreas da saúde, passando pelas ciências sociais. Nem mesmo a definição por um recorte etário é consenso nas pesquisas.

Dos 577 alunos entrevistados na pesquisa realizada pelo Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal – OBEJA² (2013), 77% dos alunos estavam na faixa etária dos 15 aos 29 anos, constituindo-se assim, um número expressivo de jovens matriculados em turmas de EJA.

A presença majoritária deste grupo etário nas turmas de EJA alteram os desafios dessa modalidade, ou seja, novas demandas são postas, exigindo dos educadores novas posturas frente à “cultura juvenil”.

Para Spósito (1999) o conceito de juventude é ambíguo, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista dos recortes por faixa etária. Dentro dessa perspectiva, a autora aponta para o fato de que, ao se buscar qualquer caracterização e definição da juventude brasileira, é preciso levar em consideração a sua diversidade social e cultural.

É necessário buscar a compreensão da juventude como uma categoria social, histórica, em constante processo de transformação, incorporando a essa percepção, a complexidade das dimensões biológicas, sociais, políticas, psicológicas e culturais da categoria Juventude.

Para Melucci (1996), a juventude deve ser vista como uma categoria emergente dentro da modernidade, que não se define apenas por suas questões biológicas, mas sim por uma definição simbólica.

Certamente, entre os jovens contemporâneos, há diferenças culturais e desigualdades sociais. Hoje já é ugar comum falar lugar comum falar em “juventudes”, no plural. Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude como “moratória social”, tempo de preparação. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes, hemisférios. (NOVAES, 2006, p. 1)

Desta forma, segundo Novaes, podemos compreender a juventude como uma construção social, que se realiza de formas diferenciadas ao longo da história e nos diferentes contextos sociais e culturais, que sofre influencias das relações de classe social, gênero e raça.

² O Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal é um projeto de pesquisa desenvolvido pelo grupo de pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. O referido projeto é financiado pela CAPES.

2.4 Juventude e Vulnerabilidade Social

Pesquisas (Spósito, 2007, Waiselfiz, 2012) apontam que os jovens são as principais vítimas de um ambiente social adverso, expostos a situações de vulnerabilidade social. Conforme indica Castel (1997), a vulnerabilidade é um fenômeno das relações sociais, originária a partir da conjuntura precária das condições socioeconômicas, associada com o negligenciamento do exercício dos direitos à cidadania plena e de suas possibilidades e, ainda, com a precarização dos laços sociais.

A vulnerabilidade é produzida a partir do contexto relacional entre a precariedade de inserção no mundo do trabalho com a fragilidade dos vínculos das redes sociais, a exemplo da estrutura familiar e as relações de amizade e vizinhança. A exposição permanente a processos de vulnerabilidade pode se constituir como uma categoria capaz de englobar a situação de uma grande parcela da população brasileira.

Ainda como aponta Castel (1997), o conceito de vulnerabilidade social apresenta-se em contraposição ao conceito de exclusão, pois este representaria a ruptura final das relações entre o sujeito e as dinâmicas dos processos sociais (acesso ou exclusão do trabalho, educação, saúde, segurança). Sendo assim, a vulnerabilidade social representaria a fragilidade das redes sociais nas quais os sujeitos estão inseridos, baseando-se nas estruturas de oportunidades existentes e acessíveis em maior ou menor grau para os indivíduos, famílias e comunidades, possibilitando a percepção de mobilidade dos sujeitos em suas redes.

São múltiplos e complexos os fatores que confluem para o processo de exclusão social, entre eles destacam-se a extrema desigualdade econômica entre pobres e ricos, os fluxos migratórios de populações pobres de pequenas e médias cidades para os grandes centros urbanos, a precariedade das condições de habitação, acesso à saúde, à segurança e a uma educação de qualidade, entre outros diversos fatores.

Compreendemos, assim, que o processo de redução dos índices de pobreza não será reflexo apenas do aumento da taxa de crescimento econômico. A má distribuição de renda e da riqueza, as altas taxas de analfabetismo, os baixos níveis de instrução, o desemprego, a insegurança física e alimentar, podem permanecer durante períodos de forte crescimento econômico.

Castel (1997) propõe que se pense na exclusão social, enquanto *processo*, resultado de uma permanente relação de conflitos econômicos, sociais e culturais, que têm na exclusão, na desumanização, o “fim de um processo”. Segundo o autor, o indivíduo encontra-se em um duplo

processo de desligamento em relação ao mundo do trabalho e da sua rede social. A exclusão tem como resultado a vulnerabilidade social.³

O processo de vulnerabilidade de grupos sociais refere-se à possibilidade de gerenciar os dispositivos que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de mecanismos que constituem os recursos necessários para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado e sociedade. Assim a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a falta de recursos financeiros, comprometendo o acesso a serviços, trabalho, educação e as próprias redes sociais.

A família forma os primeiros laços sociais que têm importância significativa para a integração dos indivíduos no sistema social moderno. Redes sociais com laços fortes têm maior poder de articulação, desenvolvendo espaços de sociabilidade positiva. Há uma valorização do capital social⁴ intergrupar. Porém famílias de baixa renda estão expostas a um processo de vulnerabilidade sócio-espacial. O capital social contextualiza as ações individuais e coletivas. Segundo Abramovay (2003) o capital positivo⁵ auxilia na redução da violência através da construção de comunidades com laços fortes, ou seja, melhores equipadas para a resolução de conflitos.

O capital social é um elemento endógeno aos grupos sociais, representando elementos como o acesso à cidadania, à cooperação, ao empoderamento de suas potencialidades locais, à luta pela conquista de espaços de equidade, ajuda recíproca e confiança.

Os indivíduos encontram-se inseridos nas mais variadas redes sociais, onde figuram sentimentos de pertencimentos e representações das práticas sociais, que estruturam a vida em sociedade.

³ O conceito de vulnerabilidade social, permite perceber como grupos sociais heterogêneos podem estar submetidos a um processo de precariedade das suas redes sociais, que comprometem sua subsistência. Está associado também a disponibilidade negativa de recursos e o acesso a bens sociais produzidos pelo Estado, sociedade e mercado.

⁴ Capital social corresponde aos recursos disponíveis a indivíduos e grupos sociais, baseado nas relações sociais estabelecidas entre os atores envolvidos, baseado na sua capacidade de buscar novas relações, participações em redes, envolvimento em organizações sociais, só sendo acessível por meio dessas relações. Podendo o capital social ser individual, grupal, comunitário, externo ou de conexão (ponte). Para maior aprofundamento ver COLEMAN (1999), PUTNAM (2002).

⁵ Para Abramovay (2003) o capital social positivo corresponde ao conjunto de possibilidades e atitudes para a resolução de conflitos e a amplitude do grau de confiança existente na comunidade. Em contraposição o capital social negativo representaria à fragilidade destes laços sociais, ocasionado maior vulnerabilidade as múltiplas situações de violência.

2.5 A Multidimensionalidade das Violências

Não existe um conceito fechado de violência, ele varia de acordo com cada sociedade, acontecendo sob as mais variadas formas (podemos falar da violência estrutural, psicológica, física, simbólica). Envolvendo diferentes atores, em diferentes dimensões. Porém, nas sociedades ocidentais, há uma singularidade em conceituar a violência enquanto perda dos direitos e/ou quando o cidadão tem sua integridade moral e física ameaçada. (SCHILLING, 2004)

A violência pode tanto ser um mecanismo de defesa, quanto pode ser intencional. Para Hannah Arendt (1994), a violência é um instrumento, não o fim, com isso a autora busca colocá-la dentro das manifestações das relações sociais. Segundo Foucault (1998), a violência pode ser vista enquanto dispositivo de controle, tanto por parte do aparato oficial do Estado, quanto por pequenos grupos que a exercem por meios ilícitos.

A violência constitui-se uma forma de poder sobre as pessoas pelo medo que gera, estagnando-os, fazendo com que vivam medos individuais de forma solitária, alimentados por um sentimento de impotência frente à realidade, frente ao desconhecido, gerador de uma vulnerabilidade frente ao outro. O medo como sentimento é vivenciado solitariamente, reforçando, assim, o poder da violência.

Para a filósofa Marilena Chauí (1999, p. 3-5) a violência é:

1) tudo o que se vale da força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra o que uma sociedade define como justo e como um direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror.

Minayo (1994) enquadra as múltiplas formas de violência em três grandes categorias, a estrutural, a da resistência e a da delinquência.

A Violência Estrutural é aquela decorrente tanto das estruturas organizadas e institucionalizadas, como da família, como dos sistemas econômicos, dos costumes culturais e da estrutura política que resultam na opressão de indivíduos. É a diferenciação de etnia, religião, origem, classe econômica. A estes indivíduos, componentes destes conjuntos são negadas conquistas da sociedade, tornando-os vítimas desta situação, influenciando profundamente as práticas do viver em sociedade, levando os indivíduos a aceitarem ou a infligirem toda sorte de ações contrárias ao que é justo e ao que é do direito, segundo o seu papel nesta estrutura e de forma aceita pelo conjunto, de forma “naturalizada”.

Já a Violência de Resistência é a resposta dos grupos, classes, nações e indivíduos oprimidos à violência estrutural, porém não é aceita pela estrutura, não é percebida como natural, ao contrário é reprimida pela estrutura que a ela está ligada pela violência estrutural – os detentores dos poderes político, econômico e cultural.

A Violência da Delinquência que é a que mais de perto está relacionada com as questões atuais de segurança da sociedade, é aquela que se revela nas ações contra a lei. É lógico que está intimamente ligada aos demais grupos ou categorias de violência, compreendendo-se a implicação da violência estrutural, que provoca, degrada, corrompe e apresenta o crime como uma saída para a desigualdade, a falta de trabalho, resolução de conflitos – onde a justiça não soluciona – como forma de menosprezo de valores e normas da “estrutura”, como lógica em função do lucro sem risco – devido à incapacidade do aparato de segurança – também como resultado do culto ao consumo, do culto à força e do culto ao machismo, mas que, tanto quanto as demais formas, tem de ser contida, porém esta com maior prioridade, pois tanto aquele que foi vítima como os que perpetram os atos delituosos, são vítimas de nossa incapacidade em prevenir.

Outro aspecto formal ligado à violência é sua característica universal, não está limitada a locais ou classes sociais ou condicionada a acesso a determinados bens ou serviços, ela é peculiar à sociedade, porém é inegável que existe com maior frequência em espaços onde a desigualdade é predominante.

A violência não deve ser considerada apenas em seus atos, suas linguagens, devem levar em consideração também os sentimentos subjetivos de violência, que reforçam o medo e instalam um ambiente de insegurança. É necessário buscar perceber os elementos emocionais e relacionais colocados sobre o fenômeno da violência.

A violência não é localizada em um determinado espaço e tempo, classe social, raça e gênero, ela é plural, tanto no processo de vitimização, quanto na autoria, atinge a todos os grupos em maior ou menor escala.

2.6 Novas Formas de Sociabilidade: O Desenvolvimento de uma Cultura da Violência

Para o desenvolvimento desta pesquisa, trabalhamos inicialmente, com a formulação de uma hipótese, em que é possível se observar o desenvolvimento de uma “cultura” de violência como um modo de ser de vida social, tanto na forma de autodefesa e de reconhecimento social, interpessoal e social, em que a amizade, a cumplicidade e o amor, de um lado, e de outro o ódio,

o desprezo e a vingança são sentimentos que movem os jovens em suas relações de sociabilidade e de conflitos nos processos de adaptação ao meio.

As precárias condições materiais de existência não são os fatores causais da violência, mas significativamente contribuintes na medida em que nesses locais e entre esses jovens as proporções de riscos são exponencialmente mais elevadas que em ambientes de classe média ou alta.

Prioritariamente os jovens são os mais diretamente afetados pela “cultura de violência” que se efetiva quando as ações e comportamentos violentos se tornam tão repetitivos que se transformam em modo de vida, daí o falar-se em “cultura da violência”⁶. Essa pesquisa se insere no âmbito de abordagem da “sociologia” ao focar a sociabilidade e a violência na vida cotidiana de jovens em bairros populares.

A violência necessária ou cultura da violência se dá pela anomia⁷ do Estado, pela ausência deste e por uma conjuntura estrutural que coloca o indivíduo em uma condição de vulnerabilidade nas suas redes sociais e no “mundo” do trabalho⁸. Como aponta Espinheira (2008, p. 56)

A Cultura da violência está associada a um estado constante de anomia em relação à sociedade envolvente, mas no conjunto anômico novas regras se impõem e dão coerência a um modo especial de ser, e esta situação leva ao estabelecimento de uma ambiguidade do viver em dois *mundos* que se imbricam ao mesmo tempo que se chocam.

Zaluar (2006) e Waiselfisz (2008) identificam a existência de uma cultura da violência, como forma de resolução de problemas imediatos, uma exacerbação de uma violência gratuita, sob novas formas e conteúdos.

Merton (1949) observa que as sociedades, em determinados contextos, produzem parâmetros culturais, que representam valores a serem alcançados pelos indivíduos, tais como riqueza, reconhecimento, sucesso profissional, respeito, entre outros.

⁶ Elias (2000) em seu clássico estudo sobre um bairro operário Inglês, já observa que o processo de marginalização dos jovens, a construção de sua invisibilidade social, resultavam em um processo permanente de conflito, retroalimentando o sistema de qual tentavam escapar.

⁷ Palavra de origem grega. Vem de *anomos* (*a* representa ausência, privação; *nomos*, lei, ordem). Na Sociologia é empregada inicialmente por Durkeim.

⁸ Para Castel (1997) grupos sociais excluídos têm difícil acesso a bens materiais e simbólicos.

Em contrapartida, as sociedades produtoras destes parâmetros desenvolvem mecanismos institucionais para se alcançar as metas. Em termos teóricos todos teriam as mesmas oportunidades e direitos na busca de obter esses “desejos” socialmente construídos.

Porém, as sociedades no campo das relações cotidianas estruturam-se de tal forma que impedem que a grande maioria das pessoas conquiste as metas socialmente construídas (carros, mansões). Há o que podemos denominar como cultura do fetiche. Desta forma, surgem o que podemos chamar de desvios de comportamento, mecanismos desenvolvidos por indivíduos ou grupos, com o objetivo de atingir as metas socialmente construídas, superando os obstáculos institucionais impostos.

A hipótese levantada por Merton (1970), é que o comportamento desviado pode ser considerado sociologicamente como a dissociação entre as expectativas culturalmente construídas e as estruturas e meios proporcionados para alcançar essas expectativas. Elementos da estrutura social regula e controla as formas de alcançar os objetivos sociais propostos.

Essa conjuntura acaba por impelir o jovem, em especial ao que podemos chamar de atos de incivilidade.⁹ O conflito coloca-se como fator estruturante.

A violência é utilizada para a resolução de problemas, de conflitos. O conflito coloca-se como fator estruturante. A violência nessa conjuntura é uma alternativa de inserção.

Desta forma, toda a ação humana, é fruto de um constante processo de construção e desconstrução, baseado na negociação e conflito, nas escolhas dos agentes sociais envolvidos, a partir de uma dada realidade amparada em um sistema social normativo, construído por símbolos e signos acumulados ao longo do tempo, do convívio em sociedade, estes por sua vez, apresentam múltiplas formas de interpretação.

Os signos são instrumentos psicológicos, ferramentas que possibilitam ao homem obter o controle de suas ações psicológicas. O signo é um elemento cultural, que representa objetos, seres, ações e outros que compõem a memória do indivíduo e do grupo. Os sistemas simbólicos, por sua vez, são um conjunto de objetos, de signos, que têm representatividade para o grupo, ou seja, é a organização sistemática dos signos pelo grupo.

As representações simbólicas possuem significados heterogêneos em contextos sociais diferentes, uma multiplicidade de formas, uma pluralidade de possibilidades, disponíveis a

⁹ Elias (1994), discute que de um lado as incivildades correspondem a comportamentos que em certa medida representa ameaças/contestações de regras sociais, porém sem representar uma ruptura profunda do “contrato social”. De outro lado, são ações que representam dificuldades no processo de convivência social.

partir do aparato cultural construído ao longo das experiências sociais individuais e coletivas. Os grupos sociais se apropriam dessa dinâmica cultural para criarem suas identidades e suas estruturas simbólicas.

É importante considerar o imaginário social de uma sociedade amparada na sua relação de tempo e espaço, levando em conta a subjetividade social na formação das motivações e disposições das pessoas para perseguirem objetivos de êxito.

A sociabilidade é a forma social de reconhecimento do outro, de troca de valores e de identidades no jogo das relações sociais propriamente ditas em que o universo simbólico tem prevalência. A sociabilidade diz respeito à existência em seus aspectos mais sensíveis, ao contrário das relações funcionais que operam a partir das razões instrumentais. São, portanto, **valores e emoções** que estão em jogo no campo da sociabilidade, enquanto que nos demais têm peso as motivações materiais, dentre as quais o dinheiro tem especial relevância.

O tempo e seu preenchimento são de uma importância fundamental no decorrer cotidiano dos dias e nas formulações de projetos de vida dos sujeitos em interação.

A ambivalência do reconhecimento social positivo ou negativo merece especial atenção como superação do anonimato social, dissolução da individualidade do sujeito, busca do reconhecimento social, daí a ênfase na **socialização e sociabilidade**.¹⁰

Sem adentrar na psicologia social, mas com a inspiração na formulação teórica do “brasileiro cordial” e do “caráter brasileiro”, trabalhados por Holanda (2004), diríamos que há um *habitus* brasileiro para “operar” as instituições e o instituído em favor das particularidades dos sujeitos, em contraposição aos interesses coletivos mais amplos.

Diante de tais disposições introjetadas e culturalmente formuladas como *habitus*¹¹, a desconstrução dessas disposições torna-se necessária para a reconstrução de novos arranjos motivadores de novas formas sociais de “ser” e de “estar-no-mundo”, o que implica em construção de novos padrões de reconhecimento social.

A emancipação das pessoas requer que a ação social deixe de ser assistencialista e se torne *realista*, superando a caridade pela racionalidade de ações que realizem o objetivo de

¹⁰ Para maior aprofundamento sobre os conceitos de Socialização e Sociabilidade ver, **Simmel (1996)** que observa a sociabilidade enquanto processo de interação social, a partir de interesses que tendem a realizar aproximações entre as pessoas. Consultar também **Elias (1994)**, **Bauman (1998)** para quem a socialização é o “cálculo racional de perdas e ganhos”.

¹¹ Para Bourdieu (1996) o “*habitus*” corresponde ao conjunto de disposições adquiridas, construídas com a experiência. É o elemento formador de nossa identidade.

liberar as pessoas da tutela institucional, tornando-as auto-suficientes para prover a aquisição dos bens materiais necessários à existência através da obtenção legal e formal de renda.

3. Conclusão

Os resultados preliminares da presente pesquisa apontam que em meio a multiplicidade de problemas e questões categóricas enfrentadas pela juventude no território do Sisal, o enfretamento da vulnerabilidade social é sem dúvidas um dos mais importante. Provocar as políticas de desenvolvimento social na Bahia constitui-se uma prioridade.

Desse modo, o significativo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, adicionado à ampliação da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho, está deixando a juventude baiana sem perspectivas para o futuro, que está sendo vítima de situações sociais precárias, sem escolaridade e condições digna de sobrevivência e abaixo das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista de seus direitos básicos.

Acreditamos que na ação do cotidiano dos diferentes setores sociais do território do sisal, as ações poderão ir se ajustando caso as redes sociais (Familiares, Sociais, Governos) existentes possam manter uma dinâmica comunicação e maior integração entre diferentes setores, por exemplo, a educação com a cultura local.

É preciso articular uma integração entre as diversas bases de dados para que possa se fomentar a aplicação das políticas públicas contextualizada para EJA, em especial a juventude no território. É necessário trabalharmos com jovens na perspectiva da educação continuada, mas que sejam formadoras de novas sociabilidades.

A precária escolarização, principalmente, nas escolas públicas não provoca tensões apenas do ponto de vista material é também do ponto de vista intelectual, da formação precária da sociedade em termos de qualidade de vida.

Compreendemos hoje como historicamente a falta de acesso a educação trouxe amarrados aos grupos dominantes nordestino todas as classes de ex-escravos, pequenos camponeses, trabalhadores rurais conduzindo-os violentamente a uma desescolarização forçada, isto é, foram impedidos de estudarem não só pela via jurídica, mas pelas vias de fato, ou seja, não formando seus professores, não construindo prédios escolares ou construindo-os de forma precária, sobretudo, nas áreas rurais, nos pequenos povoados e, até mesmo, em aglomerações urbanas de pequeno porte.

Uma forma de dominação de classe e de uma elite intelectual que impedia as demais de se escolarizarem foi instaurada em grande parte do território baiano, uma espécie de

colonialismo interno, endógeno, penetra na imaginação das pessoas pobres que acreditavam que a escola não era para eles e que sua caneta era o cabo da enxada.

Nos últimos anos, efetivamente vem sendo feitos esforços importantes na educação de jovens e adultos, vemos o papel da universidade pública também importante na formação de docentes e discentes voltados para essa área. Com essa experiência em campo poderemos seguir juntos trilhas alternativas e conhecer o mundo dos signos e sinais comunicacionais que conduzem a EJA no território do Sisal.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam (Org.). *Escola e violência*. Brasília, DF: Unesco, 2002.

_____; RUA, Maria das Graças. *Violência nas escolas: versão resumida*. Brasília, DF: Unesco, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan/dez. 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais, p. 3-5.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GATTI, Bernardete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano Editora, 2002.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. *Escolarização de Jovens e Adultos*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas**. Salvador : EDUFBA, 2009.

MERTON, Robert K. **Teoría y estructura sociales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1970.

MINAYO, Maria Cecília S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

WA I S E L F I S Z, Julio Jacobo. **Mapa da Violência no Brasil 2008**. Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

ZALUAR, Alba (Org.) **Violência e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.